



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 150 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1998 - R\$ 1,00

**Os latifundiários armam seus bandos
de jagunços abertamente:
Todo apoio às ocupações!
Pela autodefesa!**

**Construamos a aliança
operário-camponesa!**



Nada de frente eleitoreira:

**Por uma Frente
Única Antiimperialista**

**Professores-SP: Convocar uma
assembléia imediatamente
para lutar contra as 40 mil
demissões. Sem democracia
sindical não pode haver luta.**

Responder à milícia dos latifundiários com a aliança operária e camponesa e com a auto-defesa

Não é novidade a existência de grupos paramilitares a serviço dos latifundiários. O emprego de jagunços para assassinar sem-terra e lideranças políticas do movimento é uma prática comum. Quando não, a polícia cumpre a tarefa, e muitas vezes a soldo dos fazendeiros, como o que acaba de ocorrer com o assassinato de dois líderes do MST, no Pará.

A apresentação pela tal Associação Nacional dos Produtores Rurais (ANPRU) de uma milícia fardada, armada e bem aparelhada tecnicamente é apenas uma exposição à luz do dia da força paramilitar dos latifundiários. Era totalmente previsível que isso iria ocorrer. A agudização da luta de classes no campo impõe ou o massacre oficializado pelo Estado ou praticado por milícias de fazendeiros. Os ricos donos de terras, que têm dinheiro de sobra para sustentar um exército próprio, acusam seu governo de não dar conta da repressão às ocupações de terra.

A aspiração da minoria oligárquica é que o movimento camponês seja sufocado sob o fogo das armas, das prisões e perseguições aos sem-terra pelo governo. Porém, as condições econômicas, sociais e políticas, determinadas pela relação entre as classes, não permitem ao governo dito democrático utilizar-se de todo potencial da ditadura de classe da minoria sobre a maioria. O governo tem procurado administrar o choque agrário com uma limitação política de assentamentos. O limite da

auto-denominada "reforma agrária" é dado tanto pelas pressões da oligarquia latifundiária sobre o seu governo quanto pelas condições estruturais do capitalismo semicolonial brasileiro. Ou seja, de um lado, os latifundiários não admitem uma ação mais ampla de assentamentos e apoio estatal aos pequenos e médios agricultores, de outro, o governo esbarra com a tendência concentracionista da estrutura agrária e com tremendas dificuldades impostas pela crise do capitalismo. Se uma ação reformista dissuasiva do governo não é possível, a via então é de liquidar o movimento camponês pela violência reacionária. Porém, como dissemos, o governo ainda não reuniu as forças necessárias para desfechar a brutal repressão. Frente a isso, a luta camponesa tende a avançar, impulsionada pelo estado de penúria das massas agrárias. Tais contradições explicam por que os fazendeiros assumem uma atitude ousada e provocativa de exibir uma milícia com 500 homens.

É claro que esse braço armado está sendo estruturado segundo o princípio burguês do direito de defesa da propriedade e do direito de matar de fome os explorados. Se as massas procuram resolver sua situação de miséria e opressão social através do método da ação direta, como no caso das ocupações de terras, os latifundiários se socorrem da utilização das armas, desfraldando a bandeira do direito de defesa dos seus latifúndios. Se os camponeses morrem de fome, a parcela minoritária da sociedade burguesa lastima o pouco desenvolvimento econômico e justifica a superexploração como condição para o desenvolvimento capitalista. Se as massas oprimidas reagem contra a fome, os burgueses defendem a propriedade dos meios de produção com o exército, quando não com as milícias.

Se os camponeses se organizam e se utilizam do movimento social ocupando os latifúndios, os burgueses empunham as leis que legislam o direito capitalista de propriedade. Esses mesmos burgueses espoliam os trabalhadores e os empurram para o precipício e, quando os oprimidos se levantam contra tal ordem opressiva,

então a burguesia os considera terroristas, vândalos etc, que merecem ser combatidos com o fogo das armas. Estamos apenas descrevendo uma das leis essenciais da sociedade burguesa, que é a da luta de classes e dos interesses irreconciliáveis entre exploradores e explorados. Tudo isso tem sido demonstrado por centenas e centenas de exemplos e em épocas diferentes. O importante é que tiremos as lições corretas para que o movimento dos explorados triunfe sobre a violência reacionária dos exploradores. O que quer dizer responder com a violência revolucionária. No caso concreto, iniciar a constituição dos comitês de auto-defesa armados de camponeses e operários.

Essa posição e tarefa não poderão progredir caso não se comece a superar o principal problema da fraqueza dos explorados, que é a profunda desorganização do proletariado, submetido a direções reformistas e traidoras. E o isolamento do movimento camponês da classe operária. É hora de levantarmos seriamente a bandeira de aliança operária e camponesa para organizar a autodefesa. O MST, acossado pelos bandos fascistas dos latifundiários, tem o dever de rechaçar a política reformista e traidora das direções operárias que povoam as Centrais e os sindicatos. Para isso, terá de reconhecer sua própria limitação reformista de política de assentamentos e de reforma agrária adaptada ao capitalismo.

A construção do partido revolucionário é uma necessidade urgente, em torno da qual toda vanguarda deve se concentrar. Somente a organização do movimento social sob o programa da revolução proletária poderá concretizar a aliança operária e camponesa e criar as condições políticas para o armamento dos explorados. Sem que resolvamos esse problema estratégico, o movimento camponês liderado pelo MST poderá sofrer num futuro próximo uma ofensiva esmagadora da burguesia e seu governo. Sabendo disso, é que devemos abrir os olhos para os perigos da política reformista, combatê-la abertamente e organizar um movimento sob a estratégia da revolução proletária.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



Este Manifesto foi aprovado pelo Comitê da PUC de organização das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista e pelo Comitê contra a Opressão Social e Política

É preciso constituir um Tribunal Popular para punir os assassinos dos sem-terra

O assassinato de dois líderes do MST no Pará, mais uma vez, mostra que os latifundiários e o governo só têm uma resposta para a questão da terra: a violência reacionária contra os camponeses pobres.

Valentin Serra e Onalício Araújo Barros tombaram sob o fogo das armas dos fazendeiros e grileiros da Fazenda Goiás 2. Os assassinos estavam protegidos por policiais do Batalhão de Parauapebas. Latifundiários e polícia militar se integram numa única força contra os camponeses que lutam pela terra.

A via dos assassinatos de lideranças e dos massacres, como os de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, expressa o conteúdo da política do Estado em relação à reivindicação dos camponeses pobres de reforma agrária. Esses acontecimentos demonstram que o poder econômico, sob o controle de uma minoria capitalista, defenderá a estrutura latifundiária da terra com repressão judicial, mortes planejadas de lideranças e chacinas.

A impunidade dos matadores é a outra face do conflito entre camponeses e latifundiários. Estamos diante do fato de que o poder econômico concentra em si o poder das armas contra os trabalhadores. Os dois líderes do MST eram organizadores de 520 famílias de sem-terra, que ocupavam a Fazenda Goiás 2. Onalício A. Barros sobreviveu ao massacre de Eldorado dos Carajás, quando morreram 19 sem-terra, em 1996, mas não pôde escapar à morte planejada na



tarde deste 26 de março.

Sem dúvida, os assassinos tramaram juntamente com a polícia militar a execução. Tanto o massacre de Eldorado quanto este novo ataque dos latifundiários se dão sob o governo de Almir Gabriel (PSDB). Os jornais informam que 11 PMs foram presos. Porém, não se deve alimentar qualquer ilusão de que haverá real punição aos implicados. Também não podemos nos furtar a ver o que de fato significa tais execuções. Não se trata simplesmente do assassinato de dois homens, mas sim de um ataque dos burgueses, dos proprietários de vastas extensões de terra, contra a classe camponesa, que se encontra em situação de penúria e de intensa opressão social.

A resposta a tal acontecimento não pode ser judicial-policial. Tem de ser uma resposta político-social. O que quer dizer que os explorados têm de colocar em suas próprias mãos o poder de julgar e punir. O Estado burguês está comprometido com a

classe opressora de onde parte a violência reacionária. Tomar nas mãos significa constituir um Tribunal Popular. Este é popular se estiver formado por representantes eleitos pelos próprios explorados, que são os camponeses e a classe operária.

Não cabe apenas denunciar a barbárie dos latifundiários mas organizar um movimento independente do Estado, através da aliança operária e camponesa, pela constituição de um Tribunal Popular e do direito de auto-defesa dos explorados contra o ataque dos exploradores. As mortes são políticas e a resposta só pode ser político-social.

Pelos Tribunais Populares!

Punição aos assassinos de Valentin e Onalício!

Punição de todos os assassinatos e chacinas!

Formação de comitês de base por todo o país!

Fim dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses pobres!

Terra para quem nela trabalha!

Nacional



Moção aprovada pelo Comitê nacional dos 150 anos do Manifesto Comunista

O Comitê de organização das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista, reunido na sede nacional da CUT, no dia 28 de março, colocou como um dos pontos de sua pauta o assassinato de duas lideranças do MST, no Pará. Aprovou a moção de denúncia de responsabilidade do governo, da polícia militar e dos latifundiários pelas mortes dos dois lutadores.

As armas que executaram Valentin Serra e Onalício Barros estiveram a serviço dos interesses dos latifundiários contra a aspiração dos camponeses pobres de acesso à terra. A violência reacionária dos assassinos objetiva

destruir o movimento social dos sem-terra.

Todos os trabalhadores e suas organizações, tanto do campo quanto da cidade, têm o dever de sair em luta contra a barbárie da burguesia e de seu governo. A melhor forma de responder aos ataques dos poderosos é a mobilização dos oprimidos. É através dela que imporemos a punição aos matadores e seu colaboradores.

Viva o movimento dos sem-terra!

Punição aos assassinos dos trabalhadores!

É necessário constituir a aliança operária e camponesa para derrotar a burguesia latifundiária

As ocupações de prédios públicos organizadas pelo MST por todo o país mostram as dificuldades de relacionamento dessa organização de sem-terra com o governo. A reivindicação era e é de se estabelecer uma comissão de negociação com o Ministro da agricultura e de Planejamento para se discutir o aumento dos financiamentos do Pronaf aos pequenos produtores e redução das altas taxas de juros que incidem sobre os empréstimos.

O governo condicionou a negociação à suspensão das ocupações. O MST concordou. O problema agora se resume na questão se o governo atenderá ou não às exigências dos pequenos produtores e das cooperativas de assentados. Tudo indica que não. Quando muito admitirá algumas migalhas para enganar os camponeses.

Se se quiser impor ao governo as reivindicações, o MST terá de potencializar o movimento nacional de ocupações e manifestações. Pela

via das negociações palacianas, não arrancará nada do governo burguês, empenhado em implantar uma política econômica antinacional e antipopular.

Há o perigo das manifestações do MST servirem apenas de instrumentos da disputa eleitoral que se avizinha. O governo acusou seus dirigentes de estarem fazendo política partidária. Tal acusação vem também no sentido do jogo das candidaturas, perante o qual o MST se definiu pelo apoio à frente petista.

As ocupações são sem dúvida um movimento político dos sem-terra contra a situação de penúria a que estão sujeitos. Mas será um movimento político-eleitoral caso não prepare para uma nova e mais potente ofensiva de ocupações, para impor ao governo as reivindicações. E, principalmente, defender junto ao proletariado um único movimento para derrubar o governo antinacional e antipopular, através da ação direta.

Utilizar-se das ocupações como tática de desgaste do governo FHC para depois convocar os camponeses a votarem na aliança PT/PDT é alimentar a ilusão de que o pseudo-reformismo do chamado governo democrático-popular é a via para solucionar a questão agrária em favor dos pobres do campo.

O governo tem se posicionado por uma contra-ofensiva. Sob pressão da burguesia, traçou uma linha de não mais atender qualquer reivindicação do MST, que esteja amparada pelo

método da ocupação. Pretende não mais fazer vistoria e desapropriações de áreas ocupadas. Por outro lado, recrudescer a perseguição aos sem-terra e o braço armado dos fazendeiros age livremente assassinando ocupantes.

A tendência é a da violência reacionária da burguesia aumentar, bem como a repressão fundamentada na lei capitalista da propriedade privada dos meios de produção. É preciso que a classe operária apóie as ocupações e as reivindicações dos sem-terra, com o objetivo de constituir a aliança operária e camponesa.

A política proletária rechaça qualquer manobristismo de política eleitoral porque esta falseia a realidade da opressão capitalista e desvia o curso da luta de classes contra o Estado burguês. A miséria dos camponeses e a opressão social a que estão submetidos só serão solucionados pela via da revolução proletária. O que quer dizer derrotar a burguesia de conjunto, através da unidade da maioria nacional oprimida sob a direção da classe operária. Um governo revolucionário atenderá imediatamente as aspirações das massas camponesas de expropriar os latifundiários e entregar as terras a quem nelas trabalha. Como se vê, essa tarefa democrática não poderá vir de nenhum governo burguês, por mais reformista que seja, como pretende a aliança de "esquerda" em torno de Lula.

As lutas dos trabalhadores no RN

A classe trabalhadora no RN começa a se movimentar contra a opressão e a exploração existente no Estado. Pois as pesquisas indicam que é um dos estados mais pobres do país, onde 46% da população vive na indigência, isto é, sem comida, teto para morar, sem direito à saúde e à educação, e 52% da população ganham até meio salário mínimo. Outro dado alarmante. Mostra que mais da metade da população vive abaixo da pobreza, também igual a essa outra parte. Sem

falar que a população pobre está contaminada por doenças seculares que retornam como tuberculose, dengue, cóleras e uma alta taxa de mortalidade infantil e materna, tanto nos partos como em abortos.

Mas os trabalhadores retomam as lutas: Os trabalhadores da saúde (município) fizeram um dia de paralisação contra a política que vem adotando a Secretaria da Saúde. Os professores da rede municipal e estadual retomam as assembleias e vão discutir os rumos da luta. Os rodoviários fizeram um dia de greve geral dia 10/03 - pela regulamentação do transporte alternativo, contra o desemprego. É o início da campanha salarial da categoria, pois a mesma enfrenta um problema de demissões. Somente de novembro/97 até agora já houve mais de 800, e continuam em

mobilização. Os trabalhadores comerciais enfrentam também um grande desemprego e estão em mobilização.

Os trabalhadores do campo (MST) voltaram a reocupar algumas fazendas, que estavam esperando a desapropriação pelo INCRA. Como nada aconteceu, eles estão desde o dia 09/03 acampados na sede do INCRA em Natal, tentando negociar desapropriação de alguns acampamentos e infra-estrutura para alguns assentamentos. Nesta ocupação, já aconteceu um trágico acidente. Um trabalhador morreu, quando armou uma rede à noite para dormir. O pilar caiu, esmagando sua cabeça. Estava em luta junto com seus companheiros.

O crescimento das lutas mostra a necessidade de unificação.



Contra o engano eleitoral, chamemos as massas a resolver seus problemas com as próprias mãos, com a luta!

As eleições gerais de 1998 acontecerão numa situação em que prevalece a aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC. A maior parte das reformas pretendidas pelo governo, ditadas pelo capital financeiro internacional, foram aprovadas no parlamento corrupto e vendilhão: reforma da ordem econômica (abertura das importações, fim das restrições e quebra dos monopólios estatais); total ou avançado grau de privatizações dos setores fundamentais da economia (energia, telecomunicações, siderurgia, minérios); aumento de impostos e cortes de gastos públicos com serviços sociais públicos (saúde, educação, moradia); reforma da Previdência; reforma administrativa.

O compromisso com o Plano Real levou a uma unidade nacional das principais e majoritárias frações burguesas ao redor do sustento e reeleição do governo FHC. Os principais partidos burgueses se colocaram pela reeleição, deixando ao PT o papel de opositor, sem um significativo apoio de grupos econômicos.

O PMDB compareceu dividido. Inicialmente, os grupos opositores configuravam uma minoria, que dificilmente poderia impor um nome como o de Roberto Requião a candidato, hipótese essa pretendida pelo PT e PCdoB. Pouco antes de sua convenção, o nome de Itamar Franco ganhou força e chegou a ameaçar a tese governista. Expressou a insatisfação e preocupação quanto aos destinos do plano da parte de setores pseudo-nacionalistas. Essa fração cogitava o risco de que a estabilidade do Real não fosse capaz de resistir até as eleições.

Unidade nacional, divisão regional

A unidade alcançada pelo governo e nível nacional não expressa uma unidade real da burguesia, mas apenas circunstancial e restrita. Nas disputas regionais, trava-se um combate entre as frações oligárquicas dos partidos pelo controle dos governos e das bancadas parlamentares. Não se perfila nenhuma aliança eleitoral nacional entre os partidos. Cada um faz suas alianças locais de acordo com os interesses das diversas frações regionais.

Tais disputas é que estão revelando os choques interburgueses ao redor da política econômica e do comando do Estado. Cada partido ou setor utilizará a disputa eleitoral para se fortalecer e barganhar maior participação no interior do Estado, a partir dos resultados eleitorais.

As eleições se caracterizam por haver uma grande unidade nacional burguesa, ao mesmo tempo em que se travarão as disputas regionais.

As massas estão sob a pressão eleitoral

Tudo indica que as massas estarão sob uma brutal pressão do poder econômico, que tende a arrastá-las por detrás dos partidos burgueses. Diante da fragmentação em nível regional, ora serão arrastadas por um ora por outro bando capitalista.

O PT, com sua frente "ampla", está completamente comprometido com o plano de FHC. Se no início do

governo FHC o reformismo votava as reformas em alguns aspectos (privatização do gás e dos portos) e condenava outros (campanha "Real: só acredito vendo"), hoje encontra-se completamente submetido e comprometido com o sustento do Plano. Já anunciou que, no caso se eleição de Lula, será preservado o plano antinacional e antipopular.

Dessa forma, o reformismo expressará nas eleições apenas os descontentamentos parciais de algumas frações minoritárias burguesas. Sua política de alianças, que o vinculará a todos os partidos burgueses, mostra que não poderá expressar nem deformadamente alguma tendência das massas. Fará parte do "bolo" dos partidos burgueses.

Sua política eleitoral, aprovada em seu último encontro nacional, o colocou na dependência das frações burguesas: caso o PMDB lançasse candidato, o PT o apoiaria. Em última instância, quem decidiu pela candidatura do PT acabou sendo o PMDB.

As esquerdas se afundam no eleitoralismo

As correntes de esquerda hipotecaram seu apoio ao PT, condicionando-o, formalmente, às alianças que fossem feitas. Dizemos formalmente porque a indefinição do quadro nacional não se refletiu em nível regional. Por todo o país, o PT já estabeleceu alianças com os partidos burgueses para os pleitos estaduais. Sua "política eleitoral" já está definida há tempos. Dizer agora que a condição para apoiar o PT é a ruptura com o brizolismo (PSTU) ou o lançamento de candidatos do movimento, escolhidos pela base (PCO) é o tal do auto-engano. Oferecer-lhes apoio baseado num programa adaptado ao reformismo, como fazem essas correntes, é submeter-se política e organizativamente ao reformismo (ver matéria neste jornal).

Frente única antiimperialista

A situação de avanço da ofensiva capitalista contra as massas requer uma resposta unitária e de luta em nível nacional. Porém, não serão as eleições que responderão a essa questão, mas a luta antiimperialista e anticapitalista. Por isso, chamamos as correntes de esquerda a romperem com a linha eleitoreira e submissa ao reformismo e a se unirem para construir a frente única antiimperialista, para por abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC.

Frente Única Antiimperialista!

Eleições



O que significa a carta aberta do PSTU ao PT

O PSTU anuncia que lançará uma candidatura própria à Presidência da República. Para uma parcela da militância, essa decisão foi uma surpresa, uma vez que essa corrente esteve comprometida com a Frente Brasil Popular e nas duas eleições presidenciais (1989 e 1994) fez uma tremenda apologia do "perfil operário da candidatura Lula". Entretanto, o fato não é tão surpreendente assim.

Ocorre que o PT, na atualidade, levou ao extremo suas posições pró-capitalistas, que vinham sendo desenvolvidas progressivamente. A idéia de constituir a frente ampla eleitoral acabou por trazer para a aliança frentepopulista o PDT de Leonel Brizola. O objetivo da corrente Articulação - posição majoritária - era formar uma frente que aglutinasse inclusive o PMDB. Não foi por acaso que Lula esteve vacilante todo tempo quanto à sua candidatura. O caudilho defendia abertamente uma candidatura não necessariamente do PT. Os antigos aliados da frente popular, como o PCdoB e PSB, chegaram a ameaçar a aliança com o PT, defendendo uma candidatura peemedebista, que poderia ser de Itamar Franco ou Requião. Como se pode ver, a candidatura de Lula só se implantou porque se tornou inviável a tal da frente ampla diante da decisão do PMDB de apoiar a reeleição da FHC. É preciso que se diga que o PT esteve até o último momento na dependência do PMDB. Apesar disso, a antiga frente, da qual o PSTU sempre participou, foi acrescida do PDT. Por outro lado, essa ampliação obrigou o PT a expor mais claramente ainda seu programa pró-capitalista.

Nessas condições, o

PSTU ficaria num lugar muito incômodo se se mantivesse na frente popular e saísse em defesa de Lula. É bem provável que sua direção estivesse por se manter na frente popular, não faltando argumento para isso. Acreditamos que as pressões das bases do PSTU é que decidiram o lançamento de candidatura própria. O complicador das alianças regionais, como o do possível apoio do PT ao PDT de Garotinho no Rio de Janeiro, também pesou na balança do PSTU. Finalmente, restou aos morenistas (partidários de idéias pseudotrotskistas de Nahuel Moreno) lançarem uma carta aberta ao PT pedindo que rompa "com Brizola e Arraes" (chamamos a atenção para o fato de que Arraes participou da Frente Brasil Popular em que o PSTU esteve presente).

A tática defendida por Trotsky para combater o reformismo e atrair suas bases operárias aparece aqui como uma caricatura. Caricatura justamente porque já não se trata de exigir o rompimento do PT com a ordem burguesa, à qual se integrou totalmente, mas sim de combatê-lo, denunciando seu caráter contra-revolucionário.

O Manifesto do PSTU deixa a entender que esse partido joga um papel progressivo na situação, inclusive embeleza as correntes de esquerda internas ao PT, que na realidade se mostram acovardadas, acuadas e submissas à frente oposicionista burguesa. A Carta Aberta ao PT é uma peça oratória bem nos moldes da hipocrisia mais grosseira. Faz a denúncia da corrupção e do reacionarismo do PDT, mas esconde a própria corrupção e reacionarismo do PT. Faz de conta que não existe o caso Cpm, em que Lula é o mais direto implicado nas falcaturas e corrupção. Cita o caso de Cristovam Buarque e do ex-petista Vitor Buaiz como exemplos de capitulação diante do neoliberalismo. Entretanto, se esquece de dizer que o PSTU os apoiou eleitoralmente. Esquece também de dizer que não se trata de casos particulares desse ou daquele governador, mas da posição pró-capitalista do PT, a qual Lula se esmera em defender.

A bajulação ao lulismo mostra bem a conduta pequeno-burguesa de filisteu do PSTU, ou melhor, de sua política centrista. Defendendo a constituição de uma frente dos trabalhadores, apoiada num programa mínimo, a Carta Aberta faz um chamado à candidatura de Lula. "Esta frente necessariamente deveria ser encabeçada pelo PT e, particularmente, por Lula. E sugerimos que a verdadeira esquerda, unida, deveria lançar Lula com o vice do MST". Fundamenta que a frente ampla com Brizola e Arraes significa uma "domesticação à candi-

atura Lula, de modo que a mesma não guarde qualquer semelhança com todo o movimento independente que fizeram os trabalhadores na década de 80". Em outra passagem: "A aliança com Brizola - um populista representante da burguesia - visa anular o perfil operário de Lula e colocar uma pá de cal no maior patrimônio que a luta dos trabalhadores nesses últimos vinte anos conquistaram: a independência e a consciência de classe". Finalmente, conclui: "Quando dizemos que o melhor candidato para representar os trabalhadores seria Lula, não fazemos demagogia. Lula seria o melhor candidato para se colocar à cabeça de uma Frente dos Trabalhadores e resgatar tudo que de mais progressivo a classe trabalhadora conquistou em organização, consciência e força até hoje".

Um militante minimamente consciente logo verá que o PSTU acoberta a atuação política antioperária de Lula. O caudilho das greves do ABC de 80 não é senão um homem da política burguesa, que hoje combate abertamente as greves, inclusive classificando-as nas que atingem os serviços públicos e as que não. Por exemplo, condenou a greve dos petroleiros e trabalhou politicamente para derrotá-la. O PSTU sabe disso ou não? Ou será que o PSTU só vê as sujeiras de Buarque e Buaiz? Será que as manifestações de Lula em defesa da frente ampla e da integração de figuras empresariais da grande burguesia na sua frente eleitoral é desconhecida pelo PSTU? E o caso da Cpm, o PSTU acha que é apenas uma difamação de Lula orquestrada por seus adversários? É verdade que se pretende domesticar a candidatura de Lula? Condiz com a realidade a afirmação de que a candidatura de Lula correspondeu no passado à "independência e consciência de classe"?

Dizemos que se trata de uma falsificação do PSTU. A política eleitoreira do PT e a fase do radicalismo verbal de Lula de forma alguma expressaram "independência e consciência de classe". Muito pelo contrário, Lula tem suas raízes fincadas na burocracia sindical que sempre dominou a CUT e que hoje, por sua adaptação mais profunda à colaboração de classe, tem anulado conquistas organizativas da democracia sindical. A independência e consciência de classe estão na razão direta da existência do partido revolucionário enraizado no seio do proletariado. Tal partido, por seu programa, tem de ser marxista-leninista-trotskista. Admitir a independência e consciência de classe quando predomina a política burguesa no interior do proletariado e sem a existência de uma fração revolucioná-



ria organizada é fantasiar por razões espúrias. A razão espúria a que nos referimos é a defesa de uma frente dos trabalhadores encabeçada por Lula.

A bandeira do PSTU de uma "Frente dos Trabalhadores com Lula e com o vice do MST" obriga que essa corrente faça um retrato do lulismo completamente oposto de sua fisionomia real.

O ilusionismo eleitoral não se circunscreve apenas ao embelezamento do caudilho. A Carta referindo-se às candidaturas estaduais, faz a apologia de Lauro Campos (Brasília), Renato Simões (São Paulo) e Wladimir Palmeira (Rio). A saudação de tais pré-candidaturas, que representam uma das alas da burocracia partidária petista, significa o anúncio de apoio, caso vençam as convenções internas. A Carta do PSTU omite o fato dessas candidaturas expressarem lutas de interesses aparelhistas no interior do PT. De fato, são nuances de uma mesma política frentepopulista, colocadas mais à esquerda da Articulação. Elas não representam uma real ruptura com o programa pró-capitalista e com a tática colaboracionista do PT. O elogio do PSTU e o foguetório de saudações refletem o oportunismo dos centristas, que procuram atrair estas facções petistas para o objetivo de um PSTU mais amplo. Repisamos aqui a lembrança de que o PSTU apoiou Buarque, Buaiz, Erundina etc. com os mesmos argumentos de combater a burguesia, o neoliberalismo etc. Para cada caso o oportunismo tem suas explicações.

Quando na Carta Aberta o PSTU fala da candidatura de Lula, também não deixa de transparecer sua adaptação ao reformismo petista. Refere-se a ela como sendo claramente "de classe contra a burguesia" e com "ligação estreita com as lutas e movimentos sociais". Isso considerado do ponto de vista do chamado "perfil operário da candidatura". Quanto ao programa de 89, evita dizer qual é o seu caráter de classe, mas dá a entender que corresponde à caracterização classista da candidatura de Lula. O reparo de que o programa era "incompleto, insuficiente e não fosse de forma acabada um programa de ruptura" serve para preparar a idéia de que "encarnava as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e do povo e tinha elementos de ruptura: suspensão da dívida externa, reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores...".

Está aí o método oportunista do centrismo analisar a candidatura de Lula e seu programa. Primeiro, não estabelece uma relação clara entre a candidatura, o partido e o programa. Segundo, evita dizer qual é o caráter de classe do programa. Se se trata de um programa proletário ou de um programa reformista burguês. Pode-se ter um programa proletário "insuficiente", mas seu conteúdo de classe é inequívoco. Um programa proletário tem por essência a estratégia de destruição do capitalismo. O programa da Frente Brasil

Popular de 89 era operário? Dizemos que não. Era reformista burguês. Uma candidatura que expressa tal programa não pode ser "um corte claro de classe contra a burguesia". Observem que o PSTU se agarra à formalidade da origem de classe de Lula e de ter sido dirigente das greves do ABC para daí deduzir que sua candidatura é operária e antiburguesa. E quando se refere ao programa, evita explicar seu conteúdo de classe e prende-se à formalidade de algumas bandeiras, como a suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária etc.

Não é por acaso que o PSTU também deixa claro em sua Carta Aberta o manobristo realizado em torno da bandeira de Frente dos Trabalhadores. Diz querer "conformar uma Frente dos Trabalhadores, uma frente classista, de luta, colada nos movimentos sociais e na ação direta, e com um programa anticapitalista". Procurar dar a entender que não se trata de uma frente eleitoralista. Porém, logo abaixo, expõe o seu verdadeiro sentido. "Esta frente necessariamente deveria ser encabeçada pelo PT e particularmente por Lula. E sugerimos que a verdadeira esquerda, unida, deveria lançar Lula com um vice do MST". Eis a Frente dos Trabalhadores "colada nos movimentos sociais e na ação direta" do PSTU. Somente os tontos não vêem eleitoralismo em tal frente.

O "programa anticapitalista", supostamente defendido para se constituir a Frente dos trabalhadores, logo se mostra um devaneio. Vejamos esta passagem e a comparamos com o que é dito logo acima. "O PSTU é um partido marxista. O PSTU tem um programa que consideramos um programa revolucionário. Mas não estamos exigindo do PT que assuma o programa do PSTU. O que defendemos é que assumamos um programa mínimo que unifique a esquerda operária, que o PT assumo o programa que nos uniu em 89, um programa de esquerda, um programa de classe". Quem não vê que se trata de uma sala-da? Anteriormente se disse que o programa de 89 era limitado mas não se dizia que era um programa de classe. Agora se diz que é programa de esquerda e de classe. Já mostramos que era um programa reformista burguês, pois bandeiras como não pagamento da dívida externa, reforma agrária etc. sem que estejam subordinadas à estratégia da revolução e ditadura proletárias não passam de reivindicações democráticas. Mas o PSTU não deixa de indicar seu entendimento de programa. Defende um programa mínimo para a Frente dos Trabalhadores. Perguntamos: um programa mínimo é um programa anticapitalista?

Como o PSTU se diz um partido marxista, vamos deixar que um comprovado marxista dê-nos a palavra final. "A social-democracia clássica, que desenvolveu a sua ação na época do capitalismo progressivo, dividia o seu programa em duas partes inde-

pendentes uma da outra: o programa mínimo, que se limitava a reformas no quadro da sociedade burguesa e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o programa mínimo e o programa máximo não existia nenhuma ponte. A social-democracia não tinha necessidade dessa ponte, pois, de socialismo só falava em dias de festa (...) A IV Internacional não repele as reivindicações do velho programa mínimo, na medida em que tenham conservado alguma vitalidade (...) mas orienta esse trabalho de todos os dias no sentido de uma perspectiva correta, real, isto é, revolucionária (...) O velho programa mínimo é constantemente superado pelo programa de transição cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução proletária" (Leon Trotsky, Programa de Transição).

Como se vê, um programa mínimo por si só não é anticapitalista, é reformista. A defesa do programa mínimo só tem sentido no trabalho da mobilização sistemática das massas para que estas se elevem ao programa da revolução. Por isso, os marxistas não defendem nem programa mínimo e nem programa máximo isolados um do outro, mas sim o programa de transição. O PSTU chama a constituir uma frente eleitoral, com a candidatura Lula/MST e com o programa mínimo. Trata-se da defesa de uma frente eleitoreira, com um programa reformista.

Contra tal deformação, o POR tem defendido que o PSTU rompa com o eleitoralismo reformista e se coloque por uma frente única antiimperialista. O que significa uma frente de luta, que trave o combate nas ruas pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC. Uma frente que se construa para a luta antiimperialista e anticapitalista. A militância séria e honesta do PSTU não pode deixar de discutir essa questão.

Nacional



O manifesto abaixo foi distribuído pelo POR durante a visita de FHC a Fortaleza.

Abaixo FHC! Pela Frente Única Antiimperialista!

A crise das bolsas demonstrou a decadência do capitalismo mundial e a mentira do Plano Real. Daí o recente "pacote" ter trazido mais recessão, desemprego, fome e miséria. Para engordar mais a burguesia nativa e o imperialismo (FMI, Multinacionais), o governo antinacional e antipopular de FHC privatiza, demite, acaba com conquistas, reprime trabalhadores e destrói a economia nacional. Com o "contrato temporário de trabalho" e a "reforma da previdência" (fim da aposentadoria por tempo de serviço), os trabalhadores vão ser explorados até morrer.

No Ceará, o governo burguês de Tasso (PSDB) não fica atrás. Quer privatizar a Cagece e o BEC, além de destruir hospitais e escolas públicas. No interior, falsas cooperativas, com o incentivo do governo estadual, superexploram trabalhadores com jornadas de até 17 horas. O desemprego aumenta, juntamente com a exploração, entre os operários da construção

civil, confecções, sapateiros, metalúrgicos, têxteis, entre outros. Mesmo assim, Tasso pretende demitir milhares de servidores estaduais. Só a Teleceará demitirá 600 trabalhadores até junho. Para completar, em Fortaleza, o prefeito Juraci (PMDB) arrocha salários, tenta tirar aditivos de professores e, para roubar a população trabalhadora, criou a "taxa de lixo".

Frente a esta ofensiva contra as massas o que têm feito as direções do movimento operário-popular?

Bem, quando veio o "pacote" de FHC, o PT e seus aliados de oposição não se colocaram contra ele de conjunto. Pelo contrário, criticaram alguns aspectos negativos e propuseram um "pacote alternativo" pró-capitalista. Diante do desemprego, a direção da CUT e vários sindicatos aceitaram as demissões voluntárias, o "banco de horas" e as "câmaras setoriais". Hoje, o reformismo (PT, PCdoB) está procurando alianças com partidos e representantes da burguesia (PSB, PDT, PMDB, Requião, Brizola) para concorrer às eleições.

Enquanto isso, o PSTU lançou a proposta absurda de "frente classista dos trabalhadores" com o PT, acoberando a capitulação do reformismo e sua postura de colaboração com o grande capital.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores, os companheiros de luta e as organizações revolucionárias a dizerem NÃO à ofensiva patronal. Basta de fome e miséria! Basta de desemprego e baixos salários! Basta de falta de terra e moradia! Bas-

ta de opressão nacional! Basta de conciliação de classes!

É hora de construirmos a FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA (FUA) contra FHC, a burguesia nativa e o imperialismo. Vamos organizar comitês de luta nos bairros e locais de trabalho para prepararmos uma resposta de conjunto ao pacote e ao plano pró-imperialista: A greve geral por tempo indeterminado. Com um programa antiimperialista e anticapitalista, sob a estratégia do governo operário e camponês (Revolução e Ditadura Proletárias).

- ABAIXO FHC, TASSO E JURACI!
- ABAIXO O PACOTE, O PLANO E AS "REFORMAS" DO GOVERNO!
- ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES!
- NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA!
- NENHUM TRIBUTO PARA OS ASSALARIADOS!
- QUE OS CAPITALISTAS PAGUEM A CONTA DA CRISE!
- FIM DAS DEMISSÕES!
- ESTABILIDADE PARA TODOS!
- OCUPAÇÃO DAS EMPRESAS QUE DEMITIREM!
- ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS E DE HORAS DE TRABALHO!
- TERRA PARA OS CAMPONESES!
- AUTODEFESA!
- NENHUMA PRIVATIZAÇÃO!
- CONTROLE OPERÁRIO!
- PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Aumenta a exploração do trabalho infantil em países do G-7

Os países mais ricos do mundo, denominados de G-7, vêm ampliando a exploração da força de trabalho infantil. A Itália, considerada como parte do G-7, é um dos países em que tem crescido esse tipo de trabalho. Há estimativas de que mais de 300 mil menores estão submetidos à brutal exploração de sua força de trabalho. Dados mostram que, a cada ano, 100 mil crianças abandonam as escolas para compor a renda

familiar. Com o crescimento do desemprego, famílias italianas não vêem outra alternativa senão a de se submeter também às condições mais difíceis e aos baixos salários.

Nas regiões do sul da Itália, uma das mais pobres do país, cerca de 30% das crianças entre 10 e 14 anos estão sendo exploradas. Nas proximidades de Nápoles, fábricas têxteis e de sapatos empregam crianças, respirando cola e solventes diariamente.

O que se passa na Itália não é diferente de outros países do chamado G-7. Porém, as potências imperialistas procuram esconder tamanha barbárie. É o caso com o Instituto de Pesquisa da Itália (Istat) que não recolhe informações sobre

o trabalho infantil desde 1967. Os poucos dados são dos sindicatos e da OIT.

Como se vê, a exploração das crianças não é uma particularidade dos países capitalistas atrasados. Ao contrário, reflete a profunda desagregação do sistema capitalista como um todo. É evidente que, nos países mais submetidos à opressão imperialista, o trabalho infantil está mais exposto. Não é por acaso que 156 milhões na Ásia, 80 milhões na África e 17,5 milhões de crianças na América Latina estão sendo mutiladas pela exploração mais brutal do trabalho. São nada menos do que 250 milhões de crianças de 5 a 14 anos sendo exploradas, destruída fisico-mentalmente, para sustentar um sistema econômico em crise.



Direção da CUT discute sua integração no Fórum de Política Industrial

A Executiva Nacional da CUT remeteu para a reunião da Direção Nacional a decisão de participar ou não no Fórum de Política Industrial do governo FHC. Tal Fórum seria constituído pelo governo, empresários e Centrais Sindicais. O convite foi feito à CUT em nome de um plano de solução do desemprego crescente. Há um setor da direção que pende claramente a aceitar o convite de colaboração de classe. Chegou-se a apresentar uma proposta denominada "Diretrizes de Política Industrial e Bases para uma Política de Geração de Empregos".

O conteúdo dessa proposta se apóia na avaliação de que foi positiva a estabilização dos preços. Refere-se, evidentemente, a uma avaliação dos chamados aspectos positivos do Plano do governo, só que apresentada como se fosse uma conquista da sociedade.

Partindo desse ponto de vista, não é de estranhar que os defensores dessa posição propõem que a CUT ache solução para o desemprego e a miséria através da cooperação entre capitalistas, governo e sindicatos. Como se vê, estamos diante de uma direção vendida aos capitalistas. Isso explica por que a CUT tem se mantido na mais profunda paralisia diante dos violentos ataques desferidos pelo governo e pelo Parlamento contra as conquistas mais elementares dos trabalhadores.

Frente ao crescente desemprego o que temos assistido é a submissão dos principais sindicatos às pressões da burguesia para que aceitem redução salarial e eliminação de direitos trabalhistas. Sabemos que a burocracia cutista é o braço sindical do PT. Essa situação mostra a necessidade de constituir uma fração revolucionária capaz de vir a derrotar as

direções colaboracionistas e libertar os sindicatos da burocracia corrompida.

Fora a burocracia colaboracionista! Defendamos a independência da CUT perante o Estado e o governo! Nosso método é o método da luta de classes. E nosso programa é o programa da revolução e ditadura proletárias. Nosso princípio é o de que as reivindicações mais elementares, como emprego e salário, só serão conquistados através de greves, ocupações, manifestações e imposição do controle operária da produção.

Nacional

Judiciários/SP

O reformismo petista é o maior entrave para a organização da categoria

Os trabalhadores do Judiciário do Estado de S. Paulo que, num passado recente, protagonizaram greves históricas contra o governo, encontram-se hoje desmobilizados. Tal situação deve-se menos ao fato de haver ocorrido alguma melhora salarial do que ao desaparecimento do SINJESP, cuja última diretoria eleita, composta majoritariamente pela Convergência Socialista (atual PSTU) haver dispersado e abandonado o sindicato. O certo é que tal fato se constitui num duro golpe à organização da classe, bem como contra toda a vanguarda surgida nas lutas grevistas, que se agrupava em torno do sindicato.

É preciso constituir a Comissão Estadual do Judiciário em oposição às tendências conciliadoras do reformismo petista

A tentativa de reorganizar a vanguarda da categoria em torno de uma proposta de luta da classe e de um programa de independência de classe constitui-se no maior desafio para a Comissão

Estadual do Judiciário.

Constituída há quase dois anos, a Comissão, embora a passos lentos, vinha avançando nesse sentido. O fato do Encontro Estadual do Guarujá haver se colocado pela organização da campanha salarial da categoria, bem como pela reconstrução do sindicato em sua maioria, revelam tais avanços.

Ocorre que o ingresso dos militantes petistas de S. Paulo na Comissão abriu o choque entre as tendências reformistas e de conciliação de classe destes contra as propostas de luta e independência de classe defendidas até então.

Tais choques chegaram ao ponto de a proposta de boletim aprovada em Piracicaba (que tinha como eixo central a defesa da greve contra as reformas) ser totalmente deformada na reunião de S. Paulo, saindo um boletim que não apontava perspectiva alguma. Tudo isso sem falar nas discussões liquidacionistas desses militantes, que acabaram por dispersar os trabalhadores da Comissão na capital.

O fato é que, com a aproximação das eleições, as tendências capituladoras do reformismo eleitoralista petista ganham força, apoiando-se tanto na desmobilização quanto no atraso político da classe, e com isso impõe-se um isolamento ainda maior às posições antagônicas que pugnam pela organização da luta (ação direta) da categoria, contra a política de fome, desemprego e miséria do governo FHC/Covas.

O golpe sofrido pela comissão estadual e seu consequente retrocesso expressa exatamente a luta entre duas posições antagônicas: a do reformismo pequen-burguês conciliador contra as posições que apóiam o programa revolucionário do proletariado.

Tal quadro serve para assinalar que a constituição de um organismo de luta que reagrupe a vanguarda no Judiciário hoje não se materializará sem uma dura luta política contra as traições do reformismo petista. Esta é a tarefa central colocada para a Comissão no próximo período.



Continua a Campanha contra o gangsterismo da diretoria da Apeoesp

Desde a última reunião do Conselho de Representantes, os professores da Oposição têm feito uma campanha nas escolas para denunciar a violência reacionária imposta pela diretoria da Apeoesp sobre aqueles que divergem de sua política.

A denúncia desses métodos, das ações judiciais contra os professores e do cancelamento das assembleias têm provocado indignação num setor mais conservador do professorado, que via essa diretoria como radical nos discursos contra o governo. Isso porque o CPP e a Udem nem sequer realizam assembleias para que professores e diretores aprovelem propostas para o movimento.

Esse setor da classe carece de todo tipo de informação e discussão. É sobre ele que a diretoria da Apeoesp procura atuar para fazer valer o seu palavreado demagógico contra as demissões, arrocho salarial, enfim, todas as medidas da Reforma educacional. Uma parte significativa, principalmente do interior do Estado, acaba por acreditar que a diretoria é a sua representante para negociar junto ao governo as reivindicações, sem que haja necessidade de mobilização de rua. Consequentemente, é levada pela política da diretoria a apoiar os métodos gangsteris contra aqueles que defendem a ação direta (greves, mobilizações de rua etc). Dessa forma, não há outro caminho para a Oposição senão ampliar sua penetração nesse setor da classe, para que possa compreender a verdadeira política da



diretoria da Apeoesp, aquele que está por trás do discurso demagogo e apolítico.

Nesse sentido, é tarefa fundamental aumentar as visitas nas escolas e organizar reuniões por região. A penetração das idéias da democracia operária e a luta contra a reforma destruidora do ensino é essencial para barrar a ofensiva do governo e derrotar as direções traidoras.

Diretoria da Apeoesp divulga outra nota contra as correntes políticas de Oposição

Após os acontecimentos do último dia 13 (comentados no Jornal Massas, nº 149) a diretoria da Apeoesp divulga o Fax Urgente com as resoluções aprovadas pelo Conselho. Reunião que se limitou à Articulação, da qual a diretoria é dirigente. Isso porque as correntes políticas se opuseram realizar a reunião do Conselho sob a mira dos "bate-paus". No final do fax, novamente responsabiliza o Partido Operário Revolucionário, Causa Operária e Coletivo dos Trabalhadores de ter "tumultuado" a reunião. É claro, não poderia dizer que contratou os "bate-paus" para impedir a entrada de professores ao recinto. E não poderia dizer que permitiu que utilizassem das armas para intimidar os professores, como atesta a professora Julieta, de São Carlos.

Na verdade, a diretoria quer disseminar na classe a idéia de que correntes de Oposição utilizam a violência contra os diretores do sindicato. O que se passa é o inverso. A diretoria contrata capangas armados para impedir que professores possam assistir à reunião do Conselho. O "tumulto" que existiu é de inteira responsabilidade da diretoria e de seu braço repressivo ("bate-paus"). Os professores disputaram o direito democrático de participar de uma das instâncias de decisão do sindicato, que é a reunião

do Conselho.

Portanto, o que se passa na Apeoesp nada mais é do que a existência de uma direção burocrática que está obrigada pela sua política a fazer do sindicato um instrumento de suas negociações com o governo. Por isso, não pode mais conviver com a democracia sindical.

PSTU enche a bola da Articulação

No Boletim assinado pelos seus conselheiros da região Sul, o PSTU inicia denunciando que a diretoria da Apeoesp contratou capangas para a reunião do CR e que acabou não aprovando nenhuma proposta de enfrentamento ao governo.

Ao mesmo tempo que denuncia, o PSTU se soma com a Articulação para condenar setores da Oposição, que denomina "vanguardistas". E, por fim, acaba por dizer que esses setores são responsáveis pela não aprovação de propostas contra Covas. Como se vê, de um lado, a Articulação responsabiliza algumas correntes políticas pelo "tumulto" do CR e, de outro, o PSTU diz que "não podemos deixar que o acirramento entre diretoria, com comportamentos ultradireitistas, e alguns setores da Oposição, com comportamentos vanguardistas, passem a ocupar o debate de nossas reuniões". Coloca, assim, dois extremos com objetivos iguais: impedir a reunião do CR.

O PSTU seria a corrente política que não estaria nem no "ultradireitismo" e nem no "vanguardismo" e, por isso, se propõem a "construir essa alternativa" para os professores. Enfia mais ainda os pés pela cabeça quando levanta a bandeira de "abaixo o burocratismo e a violência na Apeoesp". Para bom entendedor, o burocratismo se limita à diretoria e a violência só pode ser a do "vanguardismo". Nada mais reacionário para quem se reivindica dos interesses da classe operária e da democracia sindical. Pois sabemos que a violência empregada na Apeoesp é a violência da burocracia sindical, que se utiliza dos "bate-paus", do "gangsterismo" e da Justiça burguesa para punir as correntes que se opõem a sua política traidora.

O centrismo do PSTU não é de hoje. Haja vista o que ocorreu nas últimas assembleias: sempre ficou no meio. Agora, diante de um conflito armado pela burocracia, o PSTU re-

Professores e funcionários em greve contra o arrocho salarial

Os professores e funcionários estaduais do Rio de Janeiro estão em greve há quase 30 dias. O índice de paralisação atinge 80% da classe. O motivo da greve está estampado no miserável piso que é imposto pelo governo de Marcelo Alencar (PSDB). O salário inicial de um professor é de 215 reais, dividido em 100 de piso mais 115 de abono.

O governador, diante da greve, enviou uma proposta para estudo na Fazenda do Estado, que não passa de um avilte aos educadores. Ou seja, propõe estudar a "viabilidade" de mais um abono de 164,08 reais, somente para os que estão em exercício, excluindo assim os aposentados. Com isso, faz estardalhaço de que a tal proposta significa 70% de reajuste.

Ao invés de reajuste, o governo insiste em impor mais abono, porque este é excluído dos holleriths a qualquer momento. A situação de penúria dos trabalhadores em educação que, no Estado do Rio, chegou ao ponto de uma parcela da classe ter abandonado a profissão. Dados indicam que, no ano passado, 3500 professores pediram exoneração, aproveitando o Pla-

no de Exoneração proposto pelo governo. E que mais de 10 mil deixaram as salas de aulas, nos últimos anos, devido aos baixos salários e a intensa exploração do trabalho. O retrato da escola pública tem sido o do sucateamento: faltam professores, merendeiras e funcionários em geral.

A política de Marcelo Alencar para a educação é a mesma de Covas e outros governadores. Juntos aplicam a reforma educacional ditada pelo Banco Mundial. E, por isso, são obrigados a manter o arrocho salarial, não contratar funcionários e demitir (como no caso de São Paulo). A falta de vagas para os alunos se tornou um problema nacional. E, por outro lado, o pouco que se ensina nada tem a ver com as reais necessidades dos alunos. A Reforma Educacional, que atinge o Rio como em outros estados, não está a serviço da melhoria do ensino. Ao contrário, cumpre a função de cortar gastos e ampliar a privatização.

Como se vê, a burguesia nacional e seus governos estão atolados até os ossos com os compromissos de aplicação dos Planos neoliberais, onde a da educação é apenas uma das partes. O que mostra que não é capaz de pôr em pé uma verdadeira transformação da educação, que implica lutar contra o sistema econômico em crise e, conseqüentemente, contra planos imperialistas, impostos no país pelos governos antinacionais e antipopulares.

Assembléia do dia 24 de março aprovou a linha da direção do SEPE

Os trabalhadores em educação aprovaram a rejeição da proposta do governo de mais um abono. E, com isso, indicaram a continuidade da greve. A próxima assembléia será no dia 31, seguida de unificação com a passeta da CUT, convocada contra a reforma da Previdência.

O conteúdo das propostas aprovadas segue o mesmo caminho das assembléias anteriores e é o mesmo da diretoria da

Apeoesp, em São Paulo, ou seja, a linha da Articulação/DS. Eis as principais propostas aprovadas: 1) Iniciativa judicial contra o governador para apurar a responsabilidade pelo possível desvio de verbas da educação; 2) Ida às Câmaras de Vereadores; 3) Investir nas denúncias sobre o FUNDEF; 4) Lavagem das escadarias da Assembleia Legislativa. Após a votação na Assembleia, os grevistas se dirigiram à Assembleia Legislativa para pressionar os deputados. Os protestos surgiram devido ao impedimento da entrada dos professores, funcionários e estudantes.

O caminho da diretoria do SEPE é o da pressão parlamentar e judicial. Certamente, se a via permanecer sendo esta, os educadores, apesar da greve massiva, não conquistarão suas reivindicações. É necessário aprovar o caminho da greve com piquetes, mobilizações massivas de rua, ocupações etc. A unidade com outros setores e a radicalização da greve poderão barrar a ofensiva do governo de manter a miséria salarial.

O Partido Operário Revolucionário esteve presente na assembléia, através do Boletim da Corrente Proletária na Educação, usou do tempo cedido para os apoios para reivindicar da CNTE e demais sindicatos da educação a organização do movimento grevista nacional dos educadores, contra a Reforma educacional que destrói a educação.



A Apeoesp continua sob vigilância dos bate-paus. Agora, parece um banco, com portões de aço e vigias.

educação



BID financia a reforma no ensino médio

O Proep (Programa de expansão profissional) foi criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para atender a reformulação do ensino médio. O tal Proep conta com os empréstimos do Banco Interamericano (BID) no valor de 2,5 bilhões de dólares. O programa pretende criar 240 mil vagas em cursos técnicos, através da construção de 200 Centros de Educação Profissional.

O dinheiro destinado ao Proep foi definido juntamente com a reforma do ensino médio. Para o governo, o ensino profissionalizante (nível médio) tem como objetivo barrar o acesso dos estudantes ao terceiro grau (superior). Isso porque o diploma nesse nível não dará mais condições legais para o ensino superior. O que quer dizer que os alunos do ensino técnico, para ter acesso à Universidade, deverão complementar matérias no ensino regular. Seria a forma para dar terminalidade para o segundo grau.

Toda a Reforma do Ensino conta com o financiamento dos credores internacionais. O Banco Mundial emprestou dinheiro e ditou a reforma do ensino fundamental. O BID emprestou dinheiro e impôs a reforma no grau médio.

Como se vê, o governo está atolado em dívidas e, conseqüentemente, está obrigado a implantar as medidas educacionais exigidas

pelos credores. De fora para dentro, o imperialismo dita a reforma educacional para o Brasil. E sua essência está na desobrigação do Estado para com a escola pública. Por isso, fecha escolas, demite em massa, cria a farsa da profissionalização e impede o acesso dos trabalhadores à Universidade. Portanto, trata-se de uma reforma oposta aos interesses da maioria oprimida do país, pois nada tem de melhoria da qualidade e muito menos de formação de obra. Haja vista, os Planos neoliberais de destruição dos postos de trabalho.

Escola da CUT assina convênios do Proep

O governo, mal lançou o programa, já anunciou as primeiras escolas conveniadas. Entre elas a Escola Sindical Sul, de hotelaria, ligada à Central Única dos Trabalhadores.

A assinatura do convênio só serve para reforçar a política do governo de implantar a Reforma do ensino médio e, com ela, a flexibilização curricular. De um lado, o governo flexibiliza o currículo para demitir professores e, de outro, flexibiliza para abrir parcerias com empresas ditas profissionalizantes. Esse é o passo do caminho da privatização das escolas de nível médio.

Rechaçamos a conduta traidora da direção da CUT de buscar parcerias com quem privatiza a escola e está a mando do capital imperialista (BID).

17 de março: 25 anos da morte de Alexandre Vannucchi Leme



A ditadura militar, governo Médici, prendeu, torturou e assassinou Alexandre em março de 1973, no DOI-CODI, em São Paulo.

Alexandre era um dos líderes do movimento estudantil e organizava o combate à ditadura sanguinária. Como estudante da USP, atuou na reabertura das entidades estudantis, fechadas pelo regime militar. Denunciou as torturas, as perseguições e os assassinatos cometidos pelos ditadores. Foi preso no dia 16, brutalmente torturado, vindo a falecer no dia 17.

Os 25 anos da morte de Alexandre devem ser avivados na memória dos estudantes e do conjunto dos trabalhadores,

como uma das vítimas da ditadura militar, juntamente com Manoel Filho, Wladimir Herzog e outros.

A ditadura militar é uma das formas de regime político burguês. E é implantada para que a burguesia possa conter o movimento de massa, disciplinar os choques interburgueses e restabelecer a centralização do Estado. Trata-se da ditadura de uma fração da classe burguesa, que ganha expressão, contra a maioria explorada. A sua violência reacionária só difere de grau da ditadura civil da burguesia. Pois mesmo nos governos burgueses ditos democráticos, o assassinato, a tortura e as chacinas continuam a existir. É o que

presenciamos com o governo FHC. As chacinas de camponeses e, nesse exato momento, o assassinato de dois líderes do MST, no Pará, não deixam dúvida de que a democracia burguesa não é senão uma outra forma de exercício da ditadura de classe dos capitalistas.

Não se trata simplesmente de manter viva a memória daqueles que tombaram lutando contra a opressão social e política. Trata-se sim de colocar a necessidade de construir o partido revolucionário, através do qual se organiza os oprimidos para desfechar a violência revolucionária contra os opressores.

Contra a destruição do ensino público!

Fim do ensino privado (estatização das particulares sob controle da comunidade)!

Abaixo a burocracia universitária! Governo tripartite, assembleia universitária, eleição de todos os cargos com revogabilidade de mandato!

Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC!

Aliança operário-estudantil! Pelo governo operário campones!

Contribuição da Corrente Proletária da Educação à Plenária da Oposição

Estes pontos foram apresentados ao Comando Estadual de Mobilização para discussão pela Corrente Proletária na Educação

Pontos para o Programa da Oposição à diretoria da Apeoesp

I. O governo FHC, ao encarnar as tendências reacionárias do capitalismo internacional, isto é, a opressão nacional e social, está obrigado a impor um Plano econômico, mediante adoção de reformas ditadas pelas potências imperialistas. Tais medidas estão provocando uma regressão na já debilitada capacidade produtiva e um violento corte nos gastos sociais. Ao caracterizar o governo de FHC como um governo pró-imperialista, o programa do movimento de Oposição à diretoria da Apeoesp aponta o caminho da transformação radical do sistema capitalista, como a única via de instaurar um novo sistema (o socialista), responsável pelo desenvolvimento harmônico das forças produtivas e erradicação das chagas sociais, tais como: desemprego, marginalidade, analfabetismo etc. Nesse sentido, o programa se coloca pela derrubada integral do Plano Real e das Reformas Constitucionais, através da bandeira de luta de "Abaixo FHC, por um governo operário e camponês.

II. O programa do Movimento de Oposição parte da defesa das reivindicações elementares dos professores. Ou seja, da defesa das condições de vida e trabalho. Dessa forma, aponta a defesa do salário mínimo vital, a redução da jornada de trabalho (sem cortar salário), emprego a todos; estabilidade a todos os educadores, por um Plano de cargos discutido e elaborado e aprovado pelo professores, aposentadoria especial de 25 e 30 anos, sem nenhuma combinação com a idade, Previdência estatal, sob o controle dos trabalhadores.

III. Parte da compreensão que a Reforma do Ensino é apenas uma das partes dos Planos impostos pelo governo e pelos países imperialistas. A Reforma do Ensino, implantada em todo o país, particularmente em São Paulo, tem como essência a destruição da educação pública. Atende às pressões do capital financeiro internacional (Banco Mundial etc), que exige que os governos cortem gastos com a educação. Isto para sustentar o parasitismo financeiro e aos donos das escolas privadas. Assim a luta contra a reforma da educação é a mesma dos demais trabalhadores contra a privatização das estatais e, conseqüente, contra o desemprego. Daí a defesa da unidade dos trabalhadores em geral para derrubar de conjunto as Reformas neoliberais, que atingem também a educação.

Dessa forma, a reforma do ensino, que vem sendo imposta no Brasil, significa a destruição da escola pública e gratuita. Ela é parte do plano neoliberal, que tem como fundamento a redução das já minguadas verbas públicas e fortalecimento da rede privada. Os objetivos da reformulação do ensino foram impostos pelos organismos imperialistas internacionais (Banco Mundial, Unesco etc) e estão contidos no Plano Decenal e na LDB e visam reduzir ainda mais a responsabilidade do Estado para com a educação gratuita. A chamada "descentralização", ou seja, a municipalização e a participação da comunidade, significam o Estado desfazer de níveis inteiros, a exemplo do que ocorre com o terceiro e, agora, o segundo graus.

Os resultados da reforma do ensino em São Paulo são desastrosos: alunos sem escolas, milhares de professores

e funcionários demitidos, salários miseráveis e salas de aulas superlotadas.

Assim, nos colocamos totalmente contrários à reforma governamental do ensino, porque está em contradição com as reais necessidades dos trabalhadores em educação, alunos e pais. Defendemos um único Sistema de Ensino Estatal, sob o controle dos trabalhadores e a expropriação, sem indenização, de toda a rede privada. Lutamos por uma Escola Autônoma, onde não haja nenhuma interferência do Estado, com total autonomia desde administrativa até pedagógica. Por uma Escola Laica, isto é, Científica, onde haja a unidade entre a Teoria e a Prática. Para nós, a unidade entre o fazer e o pensar é condição essencial para o verdadeiro conhecimento, que revela as leis de funcionamento da realidade natural e social e, conseqüentemente, para a transformação da natureza e da sociedade.

Consideramos que a falência do ensino é uma das graves conseqüências da desagregação do sistema capitalista. A destruição de forças produtivas e seu bloqueio impossibilitam à burguesia e seu Estado de sustentá-lo, bem como fazê-lo progredir como fator de qualificação de mão de obra. Por isso, as reformas educacionais nada têm a ver com a melhoria da qualidade de ensino. Ao contrário, estão a serviço da destruição da escola pública.

IV. A direção da Apeoesp sempre foi burocrática. Isso por não encarnar um programa de destruição do sistema capitalista de produção e por se apoiar em uma política de reforma do capitalismo decadente. Com o agravamento da crise econômica e política, e diante da ofensiva do Estado contra a vida das massas, a burocracia reformista vai se tornando cada vez mais inimiga dos métodos de ação direta dos trabalhadores e da democracia sindical. Pressionada, de um lado, pela política antinacional e antipopular do governo e, de outro, pela agudização da luta de classes, a burocracia se vê na contingência de ter de colaborar com o governo e contrapor-se aos interesses mais elementares dos assalariados.

Os últimos acontecimentos puseram às claras o grau de burocratização que atingiu a diretoria do sindicato. Ao cancelar as assembleias, impedir a entrada de professores ao sindicato, contratar bate-paus para reprimir os trabalhadores, utilizar os métodos gangsteris e usar a Justiça burguesa para incriminar professores, revela o seu alto grau de burocratismo e seu colaboracionismo com o governo e as instituições do Estado burguês.

OPELOQUE
Educação



A contenção das lutas, a sabotagem das greves nos conchavos de cúpula com os governos e o uso do sindicato em benefício pessoal ou de partidos às costas dos professores tornaram-se parte do cotidiano do sindicato.

Os professores estão cada vez mais marginalizados das decisões, que são tomadas pelos diretores à revelia das assembleias. O Conselho de Representantes, onde a diretoria tem a maioria, passou a ser um organismo de sustentação da burocracia sindical da Apeoesp.

Como a diretoria não expressa a necessidade de luta dos professores, está obrigada a burocratizar o sindicato, afastar as bases das decisões.

Quando caracterizamos a diretoria dessa forma, queremos dizer que se tornou um obstáculo na luta dos professores. Não conseguiremos fazer do sindicato um instrumento de combate enquanto não derrotarmos a atual diretoria. O sindicato só será instrumento de luta dos professores se removermos esse obstáculo e implantarmos a democracia sindical, que se baseia na soberania das assembleias, controle total das bases sobre a direção, revogabilidade do mandato etc.

V. A atual diretoria é reformista, por isso tem como método essencial a atuação nas instituições da democracia burguesa: pressão inócua ao Parlamento, negociações de cúpula, ações judiciais contra o Estado, abaixo-assinados descolados que qualquer mobilização direta dos professores etc. Os resultados são mais do que evidentes: o desemprego é assustador, o salário está no fundo do poço, as conquistas sociais foram destruídas, o magistério está desorganizado e à mercê da política do governo. O professorado está sendo golpeado pelas medidas governamentais sem que a diretoria tenha esboçado sequer uma resistência organizada e coletiva.

Contrariamente a isso, defendemos o método da ação direta (greve, ocupações, mobilizações de rua etc), que é o único que permite enfrentar o governo com a força da unidade na luta, para obrigá-lo a atender as reivindicações. Usar os métodos próprios dos trabalhadores é essencial para pôr abai-

xo a ofensiva do governo.

VI. O sindicato só pode ser instrumento de luta se estiver sob controle das bases e sem nenhuma ingerência ou ligação com o governo, partidos e instituições burguesas. Essa relação não é formal nem passiva. Depende de uma linha política e de uma ação sistemática que coloque em prática essa independência que, numa sociedade de classes, se traduz necessariamente numa luta contra a burguesia e seu Estado.

A política da atual diretoria, de conciliação de classe, leva o sindicato a se submeter politicamente ao governo. A independência de classe depende da construção de uma nova direção, sobre a base de um programa classista que se coloque pela luta antiimperialista e anticapitalista.

O programa da Oposição se apóia na defesa:

a) De uma Apeoesp independente do Estado e dos partidos políticos burgueses; b) Da democracia operária; c) Do método da ação direta; d) Do fim da comissão de ética e de todos os processos judiciais a mando da diretoria; e) Da proporcionalidade para todas as instâncias; f) Da eleição da comissão de negociação em assembleia;

VII. O programa da Oposição defende a Central Única dos Trabalhadores (CUT). E luta pela constituição de uma direção classista para esse organismo. Isso porque a direção da CUT tem colaborado com os Planos antinacionais e antipopulares implantados por FHC. Os exemplos de colaboração com o governo são inúmeros, a exemplos dos acordos da Previdência, das Câmaras Setoriais, o recente acordo de "flexibilização do trabalho" são provas mais do que evidente do papel traidor da direção da CUT.

A política da direção da CUT de privilegiar a pressão parlamentar e combater a generalização das lutas contra o governo e a burguesia só tem trazido derrotas para os trabalhadores. A direção da CUT transformou a Central em braço político para o eleitoralismo do PT e trampolim para seus dirigentes alcançarem o Parlamento.

Nesse sentido, o programa da Oposição se opõe ao da direção da CUT e defende a constituição de uma fração oposicionista, solidamente organizada sob a base do programa revolucionário, para que possa colocar a Central a serviço dos interesses dos trabalhadores.

VIII. Responder à ofensiva do imperialismo em todo mundo defendendo a unidade mundial do proletariado e as conquistas históricas do proletariado e sua democracia correspondente.

29/3/1998

I Encontro de Mulheres Cutistas do RN

Nos dias 5 a 7 de março ocorreu o I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT.

Apesar do encontro ter sido um pouco esvaziado, contou com a participação de trabalhadoras comerciárias, têxteis, rodoviárias e demais servidores do serviço público.

A organização do encontro prejudicou os debates que deveriam ter ocorrido sobre alguns temas como: aborto, sexualidade da mulher e mercado de trabalho. Este último de importância fundamental para a discussão entre as mulheres, pois coloca a questão do desemprego, o grande problema atualmente existente entre as trabalhadoras.

No encontro ocorreram alguns debates, principalmente na plenária final, que caracterizou as concepções políticas diferenciadas no interior do movimento operário, portanto refletindo-se no movimento de mulheres. As mulheres petistas, principalmente as da DS (Democracia Socialista) ainda defensoras de um feminismo pequeno-burguês ultrapassado, que não tem a ver com a realidade das mulheres trabalhadoras (as que perderam seu emprego, as camponesas, as operárias etc.) Defenderam no encontro que: primeiro, num encontro de mulheres os homens não devem participar dos debates, nem da plenária final, somente da abertura. Porque, segundo elas, o homem é o principal opressor da mulher, e que sua presença no encontro constrangeria as mulheres para intervir. Essa posição ganhou a adesão de mais algumas correntes petistas, do PSTU, com exceção da Articulação



(PT) e do POR. Essa posição é um equívoco, pois a opressão da mulher está relacionada diretamente com a opressão de classe, portanto da exploração do homem pelo homem. Basta observarmos a relação existente entre o homem e a mulher na sociedade capitalista. Por exemplo, o casamento, fixa uma relação semelhante à da propriedade privada, ou como da de patrão e empregada. Por isso, as relações homem/mulher na sociedade de classes é fruto da opressão existente na sociedade capitalista, e a mesma só será superada com a revolução proletária.

Outro equívoco das mulheres petistas (e isso não podia ser diferente, pois defendem um programa reformista, inserido no capitalismo) foi quando defenderam como solução para as mulheres vítimas de violência doméstica as "casas abrigo", o aborto legal (o vigente) e o mais grave, na discussão geral sobre o desemprego e os movimentos sociais, as companheiras foram omissas: uma chegou a hostilizar essa discussão afirmando que um encontro de mulheres não deveria discutir apoio ao MST, ocupações de terra, estatização do sistema financeiro e governo operário e camponês, pois estamos sob um governo capitalista, e assim deveríamos discutir propostas a serem implementadas no capitalismo.

Mas no encontro não havia apenas petistas, as companheiras do PSTU e do POR colocaram a necessidade da plenária discutir e aprovar propostas contra o desemprego, sobre as questões do aborto e sobre um governo da maioria oprimida, ou seja, foi colocada a defesa da revolução proletária no nosso país, como forma de libertação

e emancipação da mulher e da classe trabalhadora em geral.

Nesse sentido, apesar de terem sido aprovadas algumas propostas assistencialistas como a casa abrigo e outros, o encontro aprovou resoluções muito importantes para a luta das mulheres contra o desemprego e contra a exploração capitalista.

Algumas resoluções aprovadas:

- Salário Mínimo de 1800 reais
- Contra as reformas de FHC
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial
- Legalização do aborto
- Creches, lavanderias e restaurantes públicos, garantidos pelo Estado
- Isenção de taxas de água, luz e IPTU para os desempregados
- Estatização do sistema financeiro, da indústria e do comércio sob controle operário
- Todo apoio às ocupações de terra. Comitês de autodefesa
- Pelo governo operário e camponês

Além dessas propostas, aprovou-se também uma coordenação de mulheres contemplando todas as correntes existentes no encontro, que encaminhasse essas discussões no interior dos sindicatos.

Internacional

A 150 anos do Manifesto Comunista, sua atualidade

O capitalismo se afunda em meio a uma espantosa crise econômica e uma corrupção e apodrecimento sem paralelos, o que obriga a materializar o grito de "Proletários do mundo, unidos!"

O essencial do Manifesto Comunista

Acertadamente se apresenta o Manifesto (1848) como obra não superada de aplicação do método do materialismo dialético ao conhecimento da anatomia, funcionamento e transformação da sociedade capitalista.

A contradição fundamental que se dá na base econômica estrutural entre forças produtivas (domínio da natureza) e relações de produção (grande propriedade privada burguesa), é a força que impulsiona o desenvolvimento da sociedade (cheia de avanços e retrocessos) e sua transformação.

A Luta de Classes

A contradição fundamental na estrutura econômica se expressa no plano social como luta de classes, entre o proletariado (força produtiva) e a burguesia (grande propriedade privada), que impulsiona o desenvol-

vimento e transformação da sociedade.

A matéria, a natureza, a sociedade e as idéias são impulsionadas em seu desenvolvimento pela contradição fundamental que levam em seu seio e que se gera internamente.

O desenvolvimento quantitativo (crescer e decrescer), gradual, pacífico, evolutivo, é superado pelo qualitativo (dar um salto para conquistar a mudança de qualidade), salto brusco, revolucionário. A reforma é superada pela revolução.

O materialismo dialético

A matéria em transformação tem a proeminência da idéia (também em transformação) é seu reflexo no cérebro do homem, ainda que não de uma maneira mecânica.

A contradição fundamental no seio de todos os fenômenos está também em interrelação.

Reforma e Revolução

A base econômica é a estrutura da sociedade, que gera a superestrutura ideológica. A primeira tem proeminência, mas estão em interrelação ambos os extremos.

O desenvolvimento das forças pro-

ductivas, em certo momento, se choca com a forma de propriedade imperante, momento em que se inicia a mudança qualitativa, que é um salto brusco que transforma a mudança quantitativa em qualitativa.

Agora vivemos o ponto mais elevado do desenvolvimento quantitativo, como denuncia o choque entre as forças produtivas e a grande propriedade privada burguesa, e que se traduz na descomunal crise econômica que suportamos.

Está colocada a revolução social, que evitará que a sociedade acabe na barbárie, na autodestruição.

O capitalismo é o grande destruidor do homem e da natureza, a revolução acabará com essa monstruosidade.

(extraído do Masas boliviano nº 1608).



Marx e Engels elevaram a consciência histórica do homem ao seu ponto mais alto

Internacional

O Manifesto Comunista foi escrito como parte da luta de Marx e Engels pela construção de um partido que se colocasse no centro da turbulência da luta de classes e transformasse os instintos de revolta da classe operária em consciência histórica. O proletariado é a única classe oprimida no capitalismo capaz de eliminar a exploração do homem pelo homem e com tal obra abolir toda e qualquer forma de opressão, inclusive a opressão de um país sobre outro ou de uma nacionalidade sobre outra.

Para se colocar à altura de tal transformação, o movimento operário não mais podia expressar-se puramente como instinto, ou seja, como revolta espontânea contra a opressão capitalista. Era necessário que uma camada do proletariado assimilasse as experiências históricas da luta de classes e pudesse manejar a teoria do socialismo científico, em cuja base está o materialismo dialético e histórico.

Não é por acaso que Marx e Engels dedicaram suas vidas a organizar o proletariado mundial, a ponto de constituírem a Primeira Internacional em 1864, e a teorizarem sobre os novos problemas que o capitalismo colocava do ponto de vista de suas leis econômicas, sociais e históricas. Um dos pilares da teoria do socialismo científico é que o proletariado, por seu lugar que ocupa nas relações de produção, pode elevar seu movimento social contra as más condições de existência a um movimento transformador do modo de produção capitalista em modo de produção socialista, no qual a propriedade privada dos meios de produção se tornará propriedade coletiva.

Eis por que Marx e Engels combateram o pensamento burguês e pequeno burguês de contemplação da realidade, ou seja, baseado na divisão entre a teoria e a prática. Defenderam com severidade que não se tratava apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo. Assim viveram e assim criaram a obra mais monumental do pensamento humano. Podemos dizer incomparável, em relação a tantos outros grandes pensadores, pelo fato de elaborarem uma teoria baseada no proletariado e voltada inteiramente para a libertação da exploração do homem pelo homem. Não uma teoria utópica, como utópicos foram seus antecessores socialistas, mas inteiramente baseada nas leis de funcionamento do sistema capitalista de produção e suas contradições, bem como nas leis de transformação histórica de esgotamento dos modos de produção e da luta de classes.

O Manifesto foi combatido desde seu nascimento, em 1848, pela burguesia, enquanto as camadas mais avançadas da classe operária mundial, que conseguiam

escapar à prisão mental da opressão social, se dirigiam a ele. As revoluções sociais que ocorreram desde então estiveram marcadas de uma maneira ou de outra por esse programa. Também não é por acaso que o Manifesto continua a ser um inimigo implacável dos exploradores. Quando não é atacado diretamente, é indiretamente por ideólogos que o desfiguram, inclusive alguns denominados de esquerda.

Mas a tormenta da crise geral do capitalismo está novamente se encarregando de demonstrar que a restauração capitalista onde houve revoluções, destacando-se a Revolução Russa, é apenas um retrocesso conjuntural. Retrocesso esse que está trazendo extraordinárias lições históricas, que incluem o fenômeno da estalinização, em cuja base está a negação das premissas científicas do Manifesto e do princípio do internacionalismo proletário.

Os 150 anos do Manifesto não são senão 150 anos de lutas, derrotas e vitórias do proletariado pela emancipação da humanidade de qualquer opressão. São 150 anos de revolução e contra-revolução. Cada vez que venceu a revolução, a chama da esperança de um mundo sem exploração, miséria e guerras acendeu. Cada vez que venceu a contra-revolução, a barbárie se impôs como forma de civilização alcançada pela mais avançada sociedade de classes, que é o capitalismo na sua forma monopolista.

O Manifesto é um programa de supressão da barbárie. Esta é sua essência. Esta é sua atualidade.

